

Congressistas sem salários

Os parlamentares não receberão seus salários este mês e correm o risco de não terem pagamento até o fim do ano. O projeto de decreto legislativo fixando o salário dos congressistas em Cr\$ 2,4 milhões não entrou na pauta de votação da sessão conjunta realizada ontem porque não houve **quorum** para deliberação. "Para que não se diga que convocamos esforço concentrado para votar nossa remuneração, retiramos o projeto e acredito que a matéria não mais será votada este ano, porque não teremos **quorum**", disse o deputado Inocêncio Oliveira (PE) em nome da liderança do PFL.

Sem o **quorum** mínimo de 244 deputados e 36 senadores a lista de presença acusava 227 parlamentares na Câmara e 34 no Senado — não há votação. Na falta de um decreto legislativo definindo o valor do salário dos congressistas, como determina a nova Constituição, não haverá pagamento. Quem garante a impossibilidade de preparar a folha de salário sem esta definição é o diretor-geral da Câmara, Adelmar Sabino. O decreto legislativo acertado pelas lideranças partidárias mas que não foi votado ontem mantém para deputados e senadores o salário dos constituintes, apesar da perda causada pelo desconto do Imposto de Renda, que os parlamentares não pagavam até a promulgação da nova Carta.

Rebelião

— "O que houve na verdade foi uma rebelião dos que querem um aumento de salário para compensar o desconto do Imposto de Renda", acusa o deputado José Genílio (PT-SP). O deputado petista garante que as bases se rebelaram contra as lideranças que acertaram manter o salário dos constituintes. Ele conta que na verdade os parlamentares eleitos em 1986 já tiveram um aumento real de salário em relação à legislatura passada, quando a Mesa diretora da Assembléia fixou a remuneração dos constituintes considerando uma maior permanência dos políticos em Brasília.

"Não é preciso apresentar projeto algum: basta descontar o Imposto de Renda do que recebíamos antes. Salário é intocável e irreduzível", protestava o deputado Gerson Peres (PDS-PA) do microfone de apartes, em plena sessão. A seu ver, os deputados foram "incompetentes ou covardes" por não terem definido logo, na Constituição, o valor de seus salários. "Se eu recebia antes, durante todo o tempo, um salário real de dois milhões de cruzados, tenho um orçamento doméstico dentro desse padrão e não dá para, de repente, viver com menos", argumentou.